

**“PRUDENTIA NON TAMEN  
EST VIRTUS QUAM AURIGA VIRTUTUM”.**  
**O TRATADO SOBRE A PRUDÊNCIA DE ALBERTO  
MAGNO E SEUS DESAFIOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

*Matteo Raschietti*

Universidade Federal do ABC

**Resumo:** O projeto grandioso de expor e parafrasear todo o Corpus Aristotelicum a fim de “torná-lo inteligível aos latinos”, é indicador da originalidade e da importância de Alberto Magno, dominicano alemão do século XIII, conhecido também como Doctor universalis. Defendendo vigorosamente a ideia da autonomia da pesquisa filosófica em qualquer campo ela possa ser aplicada, foi o primeiro a utilizar amplamente Aristóteles, principalmente sua Ética. A finalidade deste artigo é delinear os traços principais da doutrina moral do bispo de Regensburg e apresentar uma análise do tratado De Prudentia (traduzido em português pelo autor do artigo), indicando inclusive alguns desafios que esta virtude lança na era da globalização.

**Palavras-chave:** Alberto Magno, Prudentia, auriga, virtudes, ética.

**Abstract:** The grandiose project of exposing and paraphrasing the entire Corpus Aristotelicum in order to “make it intelligible to the Latins” is an indication of the originality and importance of Albert the Great, a thirteenth-century German Dominican, also known as Doctor Universalis. Strongly defending the idea of the autonomy of philosophical research in any field can be applied, was the first to use widely Aristotle, especially his Ethics. The purpose of this article is to outline the main features of the bishop of Regensburg's moral doctrine and to present an analysis of the De Prudentia treatise, including the challenges posed by this virtue in the age of globalization.

**Keywords:** Albert the Great, Prudentia, auriga, virtues, ethics.

### **Introdução: Alberto Magno, Doctor universalis**

Albrecht von Bollstädt, OP (em latim: *Albertus Magnus*), conhecido como Alberto Magno ou Alberto de Colônia, nasceu em Launingen (estado da Bavária) por volta de 1200 e morreu na mesma cidade em 1280. Homem de gênio extraordinário, com sua obra abriu caminho a outros dois grandes dominicanos, um elevado às honras dos altares e o outro condenado por heresia: Tomás de Aquino e Mestre Eckhart. Apesar de ter reproduzido Aristóteles e seus comentadores, Alberto Magno foi mais um filósofo original que um comentador: sua atitude de receptividade aberta e corajosa, que se traduziu no seu projeto grandioso de expor e parafrasear todo o *Corpus*

*Aristotélico* a fim de “torná-lo inteligível aos latinos” (como escreve no comentário à *Physica*)<sup>1</sup>, logo se revelou de natureza enciclopédica. Por causa disso, ele mereceu o título de *Doctor Universalis* e de *autoritas* máxima continuamente citada, quando ainda estava em vida. No verão de 1248, Alberto Magno fundou na cidade de Colônia o *Studium generale* para os dominicanos da província alemã: a partir daquele ano, sua fama espalhou-se por todas as províncias da Ordem.

Defendendo a plena legitimidade de lançar mão da organização aristotélica do conhecimento, o dominicano alemão apoiou vigorosamente a ideia da autonomia da pesquisa filosófica em qualquer campo ela possa ser aplicada, inclusive no campo moral. Contra uma atitude supranaturalista extrema muito comum à sua época, que explicava tudo pela ação da graça divina em detrimento da causalidade lógico-objetiva (cujo representante maior era o franciscano Boaventura, contemporâneo de Alberto), o mestre alemão recusava a ideia de que o homem não pode realizar nada de bom sem a assistência da graça:

Cumprir dizer que alguns falam que não podemos realizar nenhuma obra boa se não for infundida em nós alguma graça divina. E se deveras querem dizer que a graça divina são os próprios bens naturais que recebemos de Deus, dizem a verdade. Porém, se querem dizer que é alguma graça infundida acrescentada às coisas naturais, sem a qual não podemos operar, pela qual adquirimos virtudes políticas, dizem o falso, porque a vontade em nós é livre e não é determinada para uma coisa só, mas pode ser determinada para ambos os opostos<sup>2</sup>.

O método albertiano, segundo o qual se devia tratar das coisas naturais em modo igualmente natural (*de naturalibus naturaliter*), representou uma inovação sem precedentes na Idade Média, uma verdadeira reviravolta rumo a um racionalismo filosófico e científico que, longe de representar uma

<sup>1</sup> “*Nostra intentio est omnes dictas partes (physicam, metaphysicam et mathematicam) facere latinis intelligibiles*”: A nossa intenção é tornar todas estas partes (física, metafísica e matemática) inteligíveis aos latinos. ALBERTUS MAGNUS. *Physica Libri 1-4*. Monasteri Westfalorum: Aschendorff, 1987, edidit Paulus Hossfeld (Alberti Magni Opera Omnia). Tomus IV, pars I, tr. 1, c. 1, p. 1. Tradução nossa.

<sup>2</sup> “*Dicendum, quod quidam dicunt, quod in nullum bonum opus possumus, nisi infundatur nobis divina gratia aliqua. Et si quidem velint dicere gratiam divinam ipsa naturalia bona quae habemus a deo, verum dicunt. Si autem velint dicere, quod sit aliqua gratia infusa superaddita naturalibus, sine qua non possumus ad opera, quibus acquirimus virtutes politicas, falsum dicunt, quia voluntas in nobis libera est et non determinata ad unum, sed potest ad utrumque oppositorum*”. ALBERTUS MAGNUS. *Super Ethica*. Münster: Monasteri Westfalorum Aschendorff, 1968-1972, edidit Wilhelmus Kübel (Alberti Magni Opera Omnia), Liber III, Lectio VI, p. 170. Tradução nossa.

ameaça para a tradição teológica, foi a expressão mais elevada da honestidade intelectual que queria utilizar somente a razão quando esta era necessária e suficiente.

É possível afirmar que o bispo de Regensburg tem sido o primeiro a utilizar amplamente Aristóteles, principalmente pela sua atenção temporã à *Ethica Nicomachea*, comentada por ele graças à versão integral de Roberto Grosseteste. A ética albertiana, assim, apresentava-se com os traços do intelectualismo aristotélico, segundo o qual o intelecto prático é uma extensão do intelecto especulativo na esfera da ação, que, contudo, depende também da vontade. Esboçar um perfil do pensamento ético de Alberto Magno, no entanto, não é uma tarefa fácil devido à pletora de conceitos e noções de todo tipo que sua erudição misturava, oriundos das ciências naturais, da Sagrada Escritura, de autores clássicos e modernos que ele privilegiava, leigos e religiosos.

Assim como para outras questões filosóficas importantes (entre as quais destaca-se a questão do intelecto), o dominicano alemão assumiu, para a ética medieval, um papel fundamental que lhe conferiu uma personalidade relevante, numa época em que o ideal de vida filosófica estava se originando sobre novos alicerces. Em sua obra *De Bono*, que versa sobre as virtudes<sup>3</sup>, ele reservou o quarto tratado à prudência, que, retomando uma definição de São Bernardo, é denominada de *auriga*: “Dizemos, com o bem-aventurado Bernardo, que a prudência não é tanto uma virtude, quanto o auriga das virtudes”<sup>4</sup>. De acordo com o dicionário etimológico<sup>5</sup>, parece que esta palavra seja originária do latim *aurus*, termo que se perdeu e que era originário do grego *auros*, por sua vez derivado do sânscrito *árvan* (que corre, veloz)<sup>6</sup>, que em geral indicava o cocheiro e, particularmente, o condutor de uma carroça nos jogos circenses, mas também “palafreireiro”<sup>7</sup>, ou seja, aquele que segurava o cavalo pela cabeça até o cavaleiro subir nele.

---

<sup>3</sup> Cf. RODRIGUES, D. L. *O conceito de memória na obra filosófica de Alberto Magno e seu significado para a educação*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 45. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2015%20-%20Divania.pdf>, p. 40.

<sup>4</sup> “*Dicimus cum beato Bernardo, quod prudentia no tam est virtus quam auriga virtutum*”. ALBERTUS MAGNUS. *De bono*. Münster: Monasteri Westfalorum Aschendorff, 1951, Tomus XXVIII, Tract. IV, Q. I, art. 6, p. 243. Cf. também: ALBERTO MAGNO. *Tratado sobre a Prudência*. Tradução de M. Raschietti. São Paulo: Paulus, 2017, p. 133.

<sup>5</sup> Cf. *Dizionario etimologico online*, disponível em: <https://www.etimo.it/term=auriga>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Cf. RENDICH, F. *Dizionario etimologico comparato delle lingue classiche indoeuropee: Indoeuropeo - Sanscrito - Greco - Latino*. Roma: Palombi Editori, 2010, p. 440.

<sup>7</sup> Moço que cuidava do palafrem, cavalo de sela e não de batalha, elegante e bem adestrado.

Embora a atribuição da definição da prudência a Bernardo feita por Alberto Magno esteja correta, ele não a identificou com precisão: com efeito, o dominicano alemão citou a obra *De consideratione* I, 8<sup>8</sup>, mas nela Bernardo não fez menção à prudência, e sim no Sermão 49 (utilizando o termo *discretio*, ou seja, discernimento), que integrava os Sermões sobre o Cântico dos Cânticos (*Sermones super Cantica Cantorum*, *Sermo* 49, II 5)<sup>9</sup>, onde escreveu: “Logo, o discernimento (*discretio*) não é tanto uma virtude, mas uma certa moderadora e auriga das virtudes”. Alberto Magno fez a mesma citação no tratado *De natura boni*, onde escreveu: “Bernardo: O discernimento não é tanto uma virtude, mas auriga das virtudes”<sup>10</sup>. Esta descrição feita pelo bispo de Regensburg era cronologicamente anterior àquela de Tomás de Aquino<sup>11</sup>, e assim pode ser afirmado com bastante certeza que este, enquanto discípulo, adotou o conceito de *auriga* do seu mestre.

Nos parágrafos a seguir, após delinear os traços principais da doutrina moral do bispo de Regensburg e evidenciar suas obras morais, será feita uma análise do tratado *De Prudentia* e, enfim, serão indicados alguns desafios que esta virtude lança na era da globalização.

## I. A doutrina moral de Alberto Magno

A doutrina moral do bispo de Regensburg possui um elo profundo com sua psicologia, na qual é possível divisar uma concepção da alma rica e

<sup>8</sup> Há uma tradução em português desta obra no Apêndice à Dissertação de Mestrado: “*Quid, quis et qualis est?*”: o socratismo cristão na obra *De consideratione* (1149-1052) de São Bernardo de Claraval (1090-1153)”, de Leticia Fantin Vescovi Cordeiro Bartos Moreira, defendida na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES em 2015, disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_8772\\_Disserta%E7%E3%20Leticia%20Fantin%20Vescovi.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8772_Disserta%E7%E3%20Leticia%20Fantin%20Vescovi.pdf).

<sup>9</sup> Cf. SANCTI BERNARDI OPERA. *Sermones* - vol. II. Roma: ed. J. Leclercq et al., 1958, p. 76 l. 9-10: “*Est ergo discretio non tam virtus, quam quaedam moderatrix et auriga virtutum*”. Disponível também em: [http://www.monumenta.ch/latein/text.php?tabelle=Bernardus\\_Claraevallensis&rumpfid=Bernardus%20Claraevallensis,%20Sermones%20in%20Cantica%20Canticorum,%20%20%2049&level=3&domain=&lang=0&id=&hilitte\\_id=&links=1&inframe=1](http://www.monumenta.ch/latein/text.php?tabelle=Bernardus_Claraevallensis&rumpfid=Bernardus%20Claraevallensis,%20Sermones%20in%20Cantica%20Canticorum,%20%20%2049&level=3&domain=&lang=0&id=&hilitte_id=&links=1&inframe=1). Acesso em: 17 de maio de 2018. Tradução nossa.

<sup>10</sup> ALBERTUS MAGNUS. *De natura boni*. Münster: ed. E. Filthaut (Alberti Magni Opera Omnia, Ed. Colon. XXV/1), 1974, tr.1 pars 2 c.3, p. 6l. 72-73: “*Bernardus: Discretio non tam est virtus quam auriga virtutis*”. Tradução nossa.

<sup>11</sup> “*Praeterea, secundum Bernardum, prudentia est auriga virtutum. Sed aurigae officium est currum dirigere. Ergo videtur quod dirigere pertineat ad prudentiam, et non ad fidem*”: Além disso, segundo Bernardo, a prudência é o auriga das virtudes. Mas a tarefa do auriga é dirigir a carroça. Logo, parece que dirigir seja pertinente à prudência, e não à fé. SANCTI THOMAE DE AQUINO. *Scriptum super Sententiis*, lib. 2 d. 41 q. 1 a. 1 arg. 3. Disponível em: <http://www.corpusthomicum.org/snp2035.html>. Acesso em: 21 de maio de 2018. Tradução nossa.

diversificada, originada a partir das reflexões de Aristóteles e dos seus comentadores árabes, dos Padres da Igreja orientais e ocidentais, das obras médicas e teológicas que circulavam em Paris na primeira metade do século XIII. Alberto Magno, observador atento da realidade natural em todas as suas manifestações, reconheceu a unidade complexa do ser humano e da sua alma, formulando uma doutrina que desse conta dessa complexidade: por um lado, adotou a doutrina aristotélica da unidade do ser humano, composto de matéria e forma, potência e ato, corpo e alma; do outro, na esteira de Avicena, desenvolveu esta doutrina da alma como princípio do movimento e a enriqueceu com elementos da filosofia neoplatônico-agostiniana.

Dois são os aspectos peculiares e inovadores da doutrina albertiana. Em primeiro lugar, a compreensão da alma como forma substancial<sup>12</sup>, princípio de atividade, criada imediatamente por Deus e constituída por três faculdades: vegetativa, sensitiva e racional<sup>13</sup>, na qual se distinguem três faculdades motoras: irascível, concupiscível e racional. Se a alma é perfeita enquanto forma do corpo, entretanto, ela é imperfeita enquanto princípio de atividade (por causa da sua ligação com os sentidos), podendo se tornar virtuosa através da ação: com efeito, Aristóteles apresenta a virtude ética como um “hábito”, ou seja, uma qualidade da alma que o homem não possui por natureza, mas que pode adquirir através dos seus atos<sup>14</sup>. Segundo Tarabochia Canavero, Alberto Magno, reivindicando o valor autônomo da atividade sensível do ser humano, “foi o primeiro que acreditou que ele fosse capaz de realizar, no campo do agir natural, uma ação moralmente boa”<sup>15</sup>: isso deu origem ao seu tratado sobre as virtudes naturais, que foi inserido, sucessivamente, em uma obra teológica que se distinguiu da forma comum com a qual era lecionada a teologia (i.e., utilizando o Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo).

---

<sup>12</sup> Cf. FAITANIN, P. “A individuação da alma humana segundo Alberto Magno”. In: *Scripta*, vol. 5, nº 1, 2012, p. 40.

<sup>13</sup> Cf. ETHIER, A-M. “Le double definition de l’âme humaine chez Saint Albert Le Grand”. In: *Études de Recherches par le Collège Dominicain d’Ottawa: I Philosophie*, cahier, 1936, p. 108.

<sup>14</sup> “Há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, de onde o seu nome se derivou, por uma pequena modificação dessa palavra. É evidente, pois, que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito”. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001, I, 1003a 15, p. 31.

<sup>15</sup> ALBERTO MAGNO. *Il Bene*. Introduzione, traduzione e note di Alessandra Tarabochia Canavero. Milano: Rusconi, 1987, p. 20. Tradução nossa.

O segundo aspecto da doutrina moral albertiana é constituído pela questão do intelecto e, mais especificamente, pelo dinamismo com o qual o intelecto possível procura superar os limites espaço-temporais em que deve operar, para assimilar-se ao intelecto agente, alcançando, nesse modo, a felicidade. Em relação à doutrina da felicidade (*beatitudo*), Alberto Magno assumiu uma atitude positiva para com uma doutrina que prescindia da revelação, buscando realizar o projeto de juntar a tradição cristã da *deificatio* (através da união), com a perspectiva da conjunção com o intelecto agente separado (própria da tradição peripatético-árabe). Dessa forma, o mestre dominicano procurou realizar a espiritualização do homem através de uma pesquisa filosófica livremente praticada, que era também o ideal de vida filosófica dos mestres parisienses da Faculdade de Artes e de toda forma de averroísmo. De acordo com este ideal, a verdadeira felicidade que podia ser alcançada nesta vida terrena (*in via*), consistia no exercício da faculdade suprema da alma (de ordem contemplativa), ou seja, na prática daquelas virtudes que possibilitavam o reto comportamento da razão discursiva (*diánoia*) em todos os aspectos da vida: em linguagem aristotélica, as virtudes dianoéticas.

Na doutrina moral aristotélica, as virtudes dianoéticas são aquelas que, diversamente das virtudes éticas (mais propriamente relacionadas com as ações práticas), têm a ver com o comportamento reto da razão discursiva ou cognitiva (*διάνοια*) em todo aspecto da vida<sup>16</sup>. As virtudes dianoéticas pertencem à parte racional da alma e se distinguem das virtudes éticas (justiça, coragem, temperança, liberalidade, etc.) que, ao invés, pertencem à parte concupiscível ou apetitiva, a qual, mesmo desprovida de razão, pode obedecer à razão<sup>17</sup>. Segundo Aristóteles há uma hierarquia entre as virtudes, e aquelas intelectivas são superiores às morais. As virtudes dianoéticas são cinco: a arte (*τέχνη*), a ciência (*ἐπιστήμη*), a sabedoria ou prudência (*φρόνησις*), o intelecto (*νοῦς*) e a sapiência (*σοφία*). A atividade espiritual do homem é tríplice e consiste em três ações, a saber, criar (*ποιεῖν*), operar (*πράσσειν*) e conhecer (*θεωρεῖν*): ao criar corresponde a virtude da arte, ao operar a virtude da prudência, ao conhecer as virtudes da ciência e do intelecto.

<sup>16</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Op. cit., I, 13, 1103 a; VI, 3, 1139 b, p. 31; 121.

<sup>17</sup> *Idem*, I, 13, 1102 b, p.

## II. As obras morais de Alberto Magno: o *Tractatus de natura boni* e o *De bono*

Tomás de Aquino viveu no *Studium generale* de Colônia de 1248 a 1252, assimilando profundamente o pensamento de Alberto Magno, principalmente no que se refere às questões morais: “Ao seu mestre Alberto, são Tomás deve bastante em matéria moral”<sup>18</sup>. A obra mais antiga escrita pelo *Doctor Universalis* que chegou até nós foi o *Tractatus de natura boni* (Tratado sobre a natureza do bem), entre 1233 e 1234. No começo da obra, Alberto Magno explicita seu plano:

Nesse tratado, portanto, desejamos fazer uma exposição da natureza desse bem criado mais moral que metafísica, compondo um primeiro tratado sobre o bem de natureza, um segundo sobre o bem da virtude política, um terceiro sobre o bem da graça, um quarto sobre o bem que está nos dons [*scil.* do Espírito Santo], um quinto sobre o bem da bem-aventurança, um sexto sobre o bem dos frutos do Espírito, um sétimo e último sobre o bem da felicidade e da bem-aventurança nas quais a perfeição da vida espiritual é plena<sup>19</sup>.

Na realidade, o dominicano alemão não levou a cabo seu projeto, como aconteceu também com outras obras<sup>20</sup>. Entretanto, dez anos mais tarde, em Paris, conseguiu realizar seu projeto, escrevendo a *Summa de creaturis*, ou *Summa prior* ou *Summa parisiensis*, estruturada em seis partes: *De sacramentis*, *De incarnatione*, *De resurrectione*, *De IV coaequaevnis*, *De homine*, *De bono*.

Nessa última parte, semelhantemente ao *Tratado sobre a natureza do bem*, Alberto Magno considera o bem do ponto de vista moral e organiza a matéria em cinco tratados: o primeiro sobre o bem em geral ou de acordo com o modo comum de entender o bem, ou seja, sobre o bem metafísico e sobre o bem moral, o segundo sobre a fortaleza, o terceiro sobre a temperança, o quarto sobre a prudência e o quinto sobre a justiça.

A estrutura, aqui, segue o esquema das *quaestiones disputatae*: primeiramente é colocada uma questão (*quaeritur*), seguida pelas opiniões de

<sup>18</sup> O. LOTTIN, *Psychologie et morale aux XIIe et XIIIe siècles*, tome III, II partie. Louvain: Abbaye du Mont César, 1942, p. 592. Citado em: SOUZA-LARA, D. *A especificação dos actos humanos segundo são Tomás de Aquino*. Roma: Ed. Università Santa Croce, 2008, p. 107.

<sup>19</sup> Citado em: ALBERTO MAGNO. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>20</sup> “Alberto Magno começou a redação da sua obra com muita clareza sobre a matéria a ser tratada e a ordem a seguir, só que depois temas importantes, por assim dizer, tomaram a dianteira e levaram o tratado muito além do plano original”, *Ibid.*, p. 23.

outros autores (*videtur quod*) e pelas opiniões contrárias às anteriores (*sed contra*), apresentando logo depois a solução com uma solução magistral do problema (*respondeo*) e, enfim, resolvendo uma por uma as várias objeções (*ad primum...*)<sup>21</sup>.

Entre as autoridades citadas no *De bono*, além da Escritura e dos Padres da Igreja, amplo espaço é reservado a Aristóteles e a Cícero (indicado só pelo segundo nome, Túlio), embora Alberto Magno não conheça o Livro VI da *Ética a Nicômaco*<sup>22</sup>.

### III. O tratado *De prudentia*<sup>23</sup>

A caracterização ética da prudência finca suas raízes na tradição clássica, primeiramente grega e romana, seguida pela patrística e pela escolástica. Como foi indicado no primeiro parágrafo, no Livro VI da *Ética a Nicômaco*<sup>24</sup> Aristóteles fala da *phronesis* (ação da mente, do sentido), pela qual a prudência deve ser entendida como “sensatez”. *Phronesis*, entretanto, não deve ser confundida nem com a ciência, nem com a técnica: “não é ciência porque a ação pode ser de outro modo, e não é técnica porque são distintos o gênero da ação e o da produção”<sup>25</sup>.

A tradução de *phronesis* por *prudentia* é obra de Marco Túlio Cícero, no tratado *De officiis* (Dos deveres), no qual, junto com a justiça, a fortaleza e a temperança, é inserida entre as quatro virtudes principais, fontes de todo dever, segundo um modelo apresentado por Platão no Livro IV da *República*<sup>26</sup>.

A partir de Santo Ambrósio, essas quatro virtudes principais são chamadas “cardeais” e, com Santo Agostinho, são associadas às três virtudes

<sup>21</sup> Cf. *Idem*.

<sup>22</sup> Cf. ALBERTO MAGNO. *Il Bene*, Op. cit., p. 475. A tradução latina medieval mais célebre da *Ética a Nicômaco*, conhecida como *Liber Ethicorum*, era a *antiqua traslatio* feita a partir do texto integral grego por Robert Grosseteste, bispo de Lincoln, entre 1240 e 1249. Essa tradução foi revisada e completada por Guilherme de Moerbeke em 1260. Cf. MARTINS, J. A. “Sobre as origens do vocabulário político medieval”. In: *Trans/Form/Ação* vol.34, no.3, Marília, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732011000500006>. Acesso em: 02/08/2013.

<sup>23</sup> A tradução das citações do tratado *De prudentia*, aqui apresentada, foi feita a partir da edição crítica colonense: Sancti Doctoris Ecclesiae ALBERTI MAGNI Ordinis Fratrum Praedicatorum Episcopi. *De bono. Tractatus quartus. De Prudentia*. Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951, pp. 217-258. Os números indicados entre parênteses correspondem à subdivisão da edição crítica.

<sup>24</sup> Há uma tradução disponível na Internet do Prof. Lucas Angioni da Unicamp: <http://www.ufpel.edu.br/isp/ dissertatio/revistas/34/12.pdf>.

<sup>25</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco Livro VI*. Tradução de Lucas Angioni, Op. cit., 1140 b3, p. 289.

<sup>26</sup> Cf. PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 427a, p. 475.

“sobrenaturais” ou “teologais” (fé, esperança e amor), assim denominadas porque relacionadas diretamente a Deus, representando um dom da sua graça.

Na Idade Média, com Alberto Magno há um novo despertar do interesse para com a virtude da prudência, à qual ele dedica um tratado na obra *De bono*. É composto por duas questões: a primeira sobre a prudência em si (6 artigos), a segunda sobre as partes da prudência (também 6 artigos). Na primeira questão, o bispo de Regensburg analisa se a prudência é uma virtude, pois as definições gerais de virtude não parecem condizer com ela e tampouco há nela os caracteres comuns a todas as virtudes.

Na solução proposta pelo mestre dominicano, conforme a qual “a prudência é uma virtude e uma parte da honestidade” (405), ressalta o caráter dessa virtude como “ciência das ações a serem feitas” (407), não sendo uma doutrina “mas uma prática para nos tornarmos bons” (410). Ao procurar o que é a prudência na definição e na substância (art. 2), Alberto examina as definições de Cícero, de Macróbio, de Agostinho e de Harialdo (412), mas não de Aristóteles por não conhecer o Livro VI da *Ética a Nicômaco*. No entanto, o bispo de Regensburg lança mão da definição de prudente do Filósofo em dois pontos: “É próprio do homem prudente investigar em cada gênero a certeza mais profundamente, pelo que admite a natureza da coisa” (402); “é julgado sábio 'aquele que conhece as coisas difíceis e não as coisas simples a serem conhecidas pelo homem” (409). E conclui afirmando que a prudência “não é uma ciência imperfeita do bem, mas a mais perfeita, porque o bem simplesmente é aquilo que, segundo uma reta razão, deve ser desejado ou realizado” (419).

Matéria da prudência (art. 3) é “o bem que pode ser encontrado em alguma ação” (430), ou seja, “o que se deve escolher para a ação reta” (433), embora o prudente precise conhecer também “o que se deve fugir por causa da falta de escolha para a ação reta” (433). E, como a razão, “ordena para a escolha dos objetos que devem ser desejados, quaisquer que sejam, segundo a reta razão do bem útil ou honesto” (438).

Examinando o ato próprio da prudência (art. 4), que é “compreender a diferença entre o bem, o mal e o indiferente” (439), Alberto afirma que ele é múltiplo (443) e é ordenado em quatro etapas: “Em primeiro lugar, pela razão apreende o que é operável, em segundo lugar examina pelas razões do direito, do vantajoso e do honesto, em terceiro lugar aconselha como adquirir ou recusar, em quarto lugar ordena” (443).

Um outro problema solucionado nesse artigo é da “mediedade”, ou seja, se a prudência “em ato tende ao seu médio” (445). Na Idade Média, a escolástica medieval cunhou uma sentença a partir da *Ética a Nicômaco* de

Aristóteles para expressar o ideal grego da medida, da moderação, do equilíbrio: *In medio stat virtus*, a virtude está no meio, entre dois extremos que devem ser igualmente evitados. Às vezes era repetida para afirmar a necessidade ou a conveniência da moderação, do equilíbrio, ou como convite a evitar os excessos.

O bispo de Regensburg, considerando que a prudência é uma virtude lógica que determina sua matéria (o bem que deve ser escolhido para que uma ação seja justa) através da razão, exclui a possibilidade de a prudência ter um médio em si, a não ser que seja relacionada à matéria das outras virtudes como a fortaleza ou a temperança.

A complexidade e a importância da virtude da prudência explicam outros dois problemas que o mestre dominicano analisa nesta questão: se a virtude é dita em modo simples ou múltiplo (Art. 5), e se deve ser considerada o auriga das virtudes (Art. 6). Quanto ao primeiro ponto, Alberto Magno afirma que a prudência é dita em modo múltiplo (448), mas mesmo assim há dois significados principais: o primeiro de “ciência prática ordenada à vontade como consequente, que sabe escolher sagazmente as coisas que ajudam e se afastar das coisas que estorvam” (457), e o segundo de “sagacidade ou solécia que encontra o bem para si, ou simplesmente, ou em qualquer matéria, e por isso, por causa da matéria e do afeto relacionado, às vezes é apreendida no bom sentido, às vezes é apreendida no mau sentido” (457).

Desenvolvendo a ideia de auriga, Alberto Magno aprofunda também a relação das virtudes entre si, concluindo que “quando é feita uma comparação de dignidade entre as virtudes, uma qualquer pode ser mais digna de outra segundo diferentes relações. Onde aquela questão vale pouco” (467).

A segunda parte do Tratado examina as partes da prudência, de acordo com as divisões de Cícero, de Macróbio e de Aristóteles. Os primeiros dois artigos são dedicados à memória (o que é, art. 1, e qual é a arte da memória, art. 2), que é tratada somente por Cícero (468). Citando a definição de Cícero, segundo a qual a memória “é a faculdade pela qual o ânimo relembra as coisas que foram” (468), e especificando que há dois tipos de memória, natural e artificial (471), Alberto considera a arte da memória seguindo a tradição transmitida pela obra pseudo-ciceroniana *Rhetorica ad Herennium*<sup>27</sup>. Nos artigos seguintes, o mestre dominicano analisa as partes listadas por Cícero, a saber, a inteligência (art. 3) e a providência (art. 4), que é a “parte da prudência que ajuda na escolha das ações a serem feitas a partir da

---

<sup>27</sup> Cf. ALBERTO MAGNO. *Il Bene*. Op. cit., Apêndice V, p. 641-644.

consideração dos acontecimentos futuros possíveis, para os quais também nós nos aconselhamos” (486).

Inteligência e providência, portanto, aperfeiçoam e completam a prudência em relação ao passado, ao presente e ao futuro. O artigo 5 da segunda parte, em seguida, analisa as partes enumeradas por Macróbio na obra *Sobre o sono de Cípião*: “a razão, o intelecto, a circunspeção, a providência, a docilidade e a cautela” (487), além das virtudes que acompanham a prudência e que são tratadas no livro dos *Provérbios*: “a erudição, a astúcia, a ciência, a disciplina e o governo” (488). Essas, na realidade, são condições ou efeitos da prudência, antes que suas partes (491).

Enfim, Alberto considera a divisão das virtudes de Aristóteles no final do Livro I da *Ética a Nicômaco* (sabedoria, sensatez e inteligência) que, segundo ele, tem a ver mais com “os hábitos gerais da virtude intelectual, como também a razão geral é uma potência que diz respeito a todas as questões morais que são ordenadas seja à potência concupiscível, seja à potência irascível” (495).

## Conclusão

Hoje em dia parece que a virtude da prudência tenha saído de moda; ao mesmo tempo, todavia, percebe-se ainda seu caráter imprescindível. De “auriga” das virtudes, conforme a definição de Bernardo assumida por Alberto Magno, a palavra prudência vem perdendo cada vez mais espaço para a ousadia, a temeridade, a tal ponto que hoje se louva mais a transgressão e o risco do que a sabedoria de quem escolhe seguindo os ditames da reta razão (que acaba sendo tachada de pusilanimidade). Se na acepção albertiana a compreensão da diferença entre o bem, o mal e o indiferente é o que caracteriza o ato da prudência, e a providência, enquanto parte dela, auxilia na avaliação dos acontecimentos futuros contingentes, a partir do renascimento – como destaca Pansarelli<sup>28</sup> – assiste-se a uma ruptura entre a ética (que é o campo do *dever ser*) e a política (que deveria ser a busca do *bem comum*). Este é o primeiro âmbito onde mais se percebe a falta da prudência, tanto em nível nacional, quanto internacional: as revelações da operação Lava-Jato têm evidenciado a ausência de caráter moral dos políticos envolvidos em casos

---

<sup>28</sup> Cf. PANSARELLI, D. “Para uma história da relação ética-política”. In: *Revista Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 2, jul. / dez. 2009, pp. 9-24.

escancarados de corrupção<sup>29</sup>, e os desatinos do presidente americano Donald Trump chegam a constituir uma grave ameaça à ordem e à paz mundial.

No âmbito econômico e financeiro, a cobiça para conseguir bens cada vez mais fúteis e sempre menos necessários (criados para prometer uma felicidade inalcançável), tornou-se o combustível dos mercados e o antídoto contra uma racionalidade que, separada da prudência, acaba afugentando do ser humano o sentimento de solidariedade.

Pelo que se refere ao âmbito das relações interpessoais, constata-se uma falta assustadora da prudência – por exemplo – na internet que, de acordo com Umberto Eco, “deu o direito à palavra aos imbecis que antes, quando falavam nos botecos, recebiam a ordem de calar a boca, enquanto agora têm o mesmo direito à palavra de um prêmio Nobel”<sup>30</sup>. De acordo com a etimologia da palavra *imbecil* (composta por *in* – sem – e *baculus* – bastão, cajado), originalmente significava fraco, instável: quem está desprovido de apoio (mesmo precisando dele) aparece frágil, impotente, sem forças. Esta é a inteligência, o bom senso e o juízo do imbecil: não fica de pé!

Depois de quase 800 anos do tratado de Alberto Magno, pode-se dizer que a prudência já perdeu sua função clássica, cognitiva e prática: conhecer o bem do ser humano e os meios para realizá-lo, juntando o interesse pessoal e o interesse comum que estão sempre interligados, sem deixar que o fiel da balança penda somente por um lado. Diante de uma situação em que a economia e a política perderam o elo com a ética, desvinculando a relação dos meios com os fins, há a necessidade para todos (governantes, políticos, empresários, pessoas comuns) de ampliar a própria visão antropológica, que compreende a relação com os bens materiais, com os outros e consigo mesmos. Sem uma profunda percepção daquilo que Alberto Magno defendia para o ser humano, sua felicidade e sua realização *hic et nunc*, sem a inteligência e a providência que aperfeiçoam e completam a prudência em relação ao passado, ao presente e ao futuro, não há muita esperança para nossa era da globalização.

---

<sup>29</sup> “Os indícios de corrupção se tornaram (só por um tempo?) mais uma categoria indicadora de poder. Quanto mais alguém é corrupto, mais é presumivelmente poderoso. Por isso, os políticos descobriram as *virtudes da desfaçatez*. Aos olhos do eleitorado, o corrupto, por falta de vergonha, demonstra que continua confiando em seu próprio poder”. CALLIGARIS, C. *Hallo, Brasil! E outros ensaios. Psicanálise da estranha civilização brasileira*. São Paulo: ed. Três Estrelas, 2017, p. 30. Grifo nosso.

<sup>30</sup> Cf. ECO, U.: “Internet? Ha dato diritto di parola agli imbecilli: prima parlavano solo al bar e subito venivano messi a tacere”. Disponível em: [https://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agli-imbecilli\\_n\\_7559082.html](https://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agli-imbecilli_n_7559082.html). Acesso em: 09/05/2018. Tradução nossa.

Nenhuma esfera da vida nos seus princípios, na sua organização e nos seus objetivos, pode dispensar a aspiração humana à plenitude de uma felicidade autêntica. Sem a prudência e uma cultura que faça jus à ética dos antigos, mesmo aqueles que detêm as rédeas da economia e da política haverão de se dar conta de que, se não criarem as condições para que o ser humano possa realizar a plenitude do seu ser, também sob a direção da prudência, mais cedo ou mais tarde eles mesmos serão vítimas daquela engrenagem implacável de uma sociedade e de um mercado desumanos e destrutivos criados por eles mesmos.

## Referências

### Fontes primárias

ALBERTUS MAGNUS. *De bono. Tractatus quartus. De Prudentia*. Coloniae: Monasterii Westfalorum in aedibus Aschendorff, 1951.

\_\_\_\_\_. *Physica Libri 1-4*. Monasterii Westfalorum: Aschendorff, 1987, edidit Paulus Hossfeld (Alberti Magni Opera Omnia). Tomus IV.

\_\_\_\_\_. *Super Ethica*. Münster: Monasterii Westfalorum Aschendorff, 1968-1972, edidit Wilhelmus Kübel (Alberti Magni Opera Omnia).

\_\_\_\_\_. *De natura boni*. Münster: ed. E. Filthaut (Alberti Magni Opera Omnia, Ed. Colon. XXV/1), 1974.

ALBERTO MAGNO. *Il Bene*. Introduzione, traduzione e note di Alessandra Tarabochia Canavero. Milano: Rusconi, 1987.

\_\_\_\_\_. *Tratado sobre a Prudência*. Tradução de M. Raschiatti. São Paulo: Paulus, 2017.

\_\_\_\_\_. *Zeittafel* (Chronologie nach derzeitigem Forschungsstand). Disponível em: [http://www.academia.edu/3490596/Albertus\\_Magnus\\_-\\_Chronologie\\_Leben\\_und\\_Werk\\_](http://www.academia.edu/3490596/Albertus_Magnus_-_Chronologie_Leben_und_Werk_)

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. “Ética a Nicômaco Livro VI”. Tradução de Lucas Angioni. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/34/12.pdf>.

SANCTI BERNARDI OPERA. *Sermones* – vol. II. Roma: ed. J. Leclercq et al., 1958.

SANCTI THOMAE DE AQUINO. “Scriptum super Sententiis, lib. 2 d. 41 q. 1 a. 1 arg. 3”. Disponível em: <http://www.corpusthomicum.org/snp2035.html>.

## Bibliografia secundária

- CALLIGARIS, C. *Hallo, Brasil! E outros ensaios. Psicanálise da estranha civilização brasileira*. São Paulo: ed. Três Estrelas, 2017.
- ECO, U.: “Internet? Ha dato diritto di parola agli imbecilli: prima parlavano solo al bar e subito venivano messi a tacere”. Disponível em: [https://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agli-imbecilli\\_n\\_7559082.html](https://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agli-imbecilli_n_7559082.html). Acesso em: 09/05/2018.
- ETHIER, A-M. “Le double definition de l’âme humaine chez Saint Albert Le Grand”. In: *Études de Recherches par le Collège Dominicain d’Ottawa: I Philosophie, cahier, 1936*.
- FAITANIN, P. “A individuação da alma humana segundo Alberto Magno”. In: *Scripta*, vol. 5, n° 1, 2012.
- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 2ª ed.
- JARCZYK, G. e LABARRIÈRE, P-J. *L’impronta del deserto – L’a-teismo místico di Meister Eckhart*. Napoli: Guerini e Associati, 2000.
- MARTINS, J. A. “Sobre as origens do vocabulário político medieval”. In: *Trans/Form/Ação*, vol.34, no.3, Marília, 2011.
- O. LOTTIN. *Psychologie et morale aux XIIe et XIIIe siècles, tome III, II partie*. Louvain: Abbaye du Mont Cèsar, 1942, p. 592.
- PANSARELLI, D. “Para uma história da relação ética-política”. In: *Revista Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 2, jul. / dez. 2009.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- RENDICH, F. *Dizionario etimologico comparato delle lingue classiche indoeuropee: Indoeuropeo – Sanscrito – Greco – Latino*. Roma: Palombi Editori, 2010.
- RODRIGUES, D. L. *O conceito de memória na obra filosófica de Alberto Magno e seu significado para a educação*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 45. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2015%20-%20Divania.pdf>, p. 40.
- SOUZA-LARA, D. *A especificação dos actos humanos segundo são Tomás de Aquino*. Roma: Ed. Università Santa Croce, 2008.

Email: mbrasiliensis@uol.com.br

Recebido: Junho/2018

Aprovado: Outubro/2019